

DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE GURINHÉM/PB

Welita Gomes de Almeida¹

RESUMO: Este trabalho aborda a Política Nacional de Educação Inclusiva publicada em 2008 pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial MEC/SEESP. Nosso objetivo é analisar os discursos dos professores sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva e seus desdobramentos nas escolas da rede regular no município de Gurinhém, Paraíba, tomando como base os seguintes aspectos: acessibilidade, currículo, atendimento especializado e formação de professores. Para tanto, fizemos uma opção teórico-metodológica baseada na abordagem pós-estruturalista, cujas bases estão estreitamente ligadas às concepções de identidade e diferença. O aporte teórico da pesquisa está ancorado em produções que versam sobre inclusão, identidade, diferença, currículo, políticas e práticas inclusivas: Hall (2006), Tomaz Tadeu (2008), Skliar (2003), Costa (2002), Corazza (2002), Pereira (2006, 2009), Dorziat (2006, 2009), Santos (2008), Carvalho (2004), Laplane (2004), Silva (2001), Ferreira (2004), entre outros. Este estudo se caracteriza do ponto de vista metodológico como uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual utilizou levantamento e revisão de literatura e pesquisa de campo. O campo da pesquisa foi composto por duas escolas da rede municipal de Gurinhém, Paraíba, e o instrumento utilizado para coleta de dados foi à entrevista semi-estruturada aplicada individualmente para uma amostra de sete professoras do Ensino Fundamental. Optamos pela análise do discurso, enquanto metodologia de tratamento e análise de dados, com base na teoria social do discurso de Fairclough (2008), que analisa o discurso num quadro tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social. Nossas considerações nesse estudo partem da constatação que o discurso oficial das políticas de Educação Inclusiva tem se propagando de modo crescente nos últimos anos no Brasil, notadamente em termos de legislação, com um propósito de oferecer educação para todos os alunos, especificamente às pessoas com deficiência. No entanto, os discursos das professoras desestabilizam a eficácia do discurso oficial, na medida em que revelam como a realidade das escolas está afastada das mudanças e metas desenhadas pela proposta da inclusão.

Palavras-chave: política de inclusão, discursos, identidade e diferença.

¹ PPPGE/UFPB. welitaalmeida@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação das pessoas com deficiência tem ganhado espaço nos debates acadêmicos, escolares e entre a sociedade civil e o Estado. Essa discussão perpassa os âmbitos internacional, nacional e local, ganhando corpo a partir das leis, decretos e políticas focadas para os direitos das pessoas com deficiência, assim como do momento político, social e econômico que marca nossa época. O crescente diálogo sobre a educação das pessoas com deficiência e o movimento pela garantia de direitos vêm acompanhados por fatores de ordem social, refletindo a luta pelos direitos à educação, à saúde e ao lazer e a abertura dos diversos espaços de convivência para essas pessoas e, ladeada por fatores políticos e econômicos, considerando que a proposta política de educação está inserida em uma organização neoliberal globalizada.

No Brasil, esse movimento vai aparecer de modo expressivo a partir da década de 1990, em virtude das conferências mundiais sobre a educação, da elaboração das declarações e documentos legais que evidenciam os direitos das pessoas com deficiência e da institucionalização de leis e políticas públicas que colocam em pauta a concepção de direitos humanos e a participação de todas as pessoas nos diferentes espaços de convivência.

Dentro desse contexto, os direcionamentos das legislações e das políticas públicas vão contemplar a acessibilidade à educação, à urbanística, aos transportes, à comunicação, ao trabalho, ao lazer etc. No que tange à educação, vamos observar que a escola - enquanto instituição educativa - vai ser referenciada como espaço primordial para a democratização desse direito, assumindo a tarefa de promover oportunidades de acesso, permanência e sucesso na aprendizagem de todos(as) os(as) alunos(as). Especificamente no caso das pessoas com deficiência, essa concepção é respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, Capítulo V, arts. 58 e 59, que direcionam a atual política de educação inclusiva.

Do ponto de vista ético-político, a educação, dita inclusiva, vai propor uma educação de qualidade para todos, contribuindo para a diminuição do preconceito e da exclusão social. Do ponto de vista pedagógico, a inclusão implica em mudanças curriculares, na formação docente, nos recursos educacionais, nas condições de trabalho dos professores, bem como nas atitudes da comunidade escolar.

A proposta política da inclusão se configurou em um traço marcante de nossa época, no entanto, seus princípios têm provocado grande inquietação entre estudiosos e profissionais da educação, como gestores, professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e outros. A política expressa em documentos e programas propõe uma espécie de “pacote de medidas” das quais a escola regular precisa se apropriar para oferecer educação a todos(as) os(as) alunos(as), como forma de garantia de direitos sociais.

Diante desse cenário, surgem algumas questões e problemas que nortearam nosso estudo:

- a) Quais as concepções dos professores sobre inclusão?
- b) Como estão organizadas as escolas para efetivação das políticas de inclusão?
- c) Quais as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas pelos professores das escolas públicas no sentido de incluir as crianças com deficiência em classes regulares?

Em meio a tantas questões e incertezas, somos cada vez mais confrontados(as) e desafiados(as) a dar respostas a uma série de discursos e ideias que se propagam nos dias

atuais. Com o intuito de esclarecer algumas questões sobre a proposta de educação inclusiva para pessoas com deficiência, elegemos a atual **Política Nacional de Educação Inclusiva**, como objeto de estudo e pesquisa. Pretendemos analisar os discursos dos professores sobre a política de inclusão e investigar as práticas que vêm se efetivando no cotidiano das nossas escolas. Assim, estabelecemos como tema e título: *A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE GURINHÉM, PARAÍBA*.

Nosso objetivo é analisar os discursos dos professores sobre a política nacional de inclusão e seus desdobramentos nas escolas da rede regular no município de Gurinhém, estado da Paraíba, tomando como base os seguintes aspectos: (i) acessibilidade, (ii) currículo, (iii) atendimento especializado e (iv) formação de professores. De forma mais específica, buscamos: a) mapear a política oficial de educação e inclusão no contexto brasileiro, precisamente no período de 2005 a 2010, b) problematizar a proposta oficial da política nacional de educação inclusiva descrita nos documentos oficiais e c) analisar por meio dos discursos, como a Educação Inclusiva se concretiza nas escolas da rede regular de ensino.

A escolha do tema foi motivada por algumas experiências ligadas ao percurso profissional e acadêmico, enquanto pesquisadora, o que justifica o interesse pela temática. A vivência como professora do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública no município de Gurinhém, Paraíba, durante os anos de 2000 a 2004, foi uma experiência na qual pude conhecer de perto uma das realidades da escola pública, a organização, o funcionamento, os planejamentos de ensino, os alunos, as práticas docentes e os desafios vividos pelo professor no cotidiano escolar. Foi durante essa atuação como professora do Ensino Fundamental na Escola Municipal Francisco Manoel Coelho, localizada no Distrito Boqueirão, Gurinhém, Paraíba, que tive a primeira experiência com aluno com deficiência intelectual em uma classe comum. Naquela ocasião, pouco conhecia sobre a educação das pessoas com deficiência e tão pouco sobre as diretrizes para educação especial, além de outros documentos legais que já circulavam no país e evidenciavam os direitos das pessoas com deficiência.

A vivência com uma aluna com deficiência intelectual se caracterizava em um grande desafio em função do forte preconceito e a discriminação dos alunos para com a mesma que possuía comprometimento intelectual e idade avançada em relação a eles. Esse desafio se tornava ainda maior uma vez que não dispunha de conhecimentos apropriados para subsidiar as ações pedagógicas, assim como a estrutura física, administrativa e pedagógicas da escola, na época, pouco oferecia em termos de possibilidades para a realização de processos educativos eficientes.

Durante a prática docente no Ensino Fundamental também tive a oportunidade de vivenciar algumas experiências na escola privada. Durante os anos de 2005 a 2007, lecionei em uma escola da rede privada no mesmo município, atuando no Ensino Fundamental. Foi no contexto da escola privada que passei pela experiência de ensino a um aluno com deficiência auditiva em classe comum. A experiência com este aluno abriu as portas para muitas questões e dúvidas que foram emergindo gradativamente na prática docente. Nessas circunstâncias, a escola não dispunha de acompanhamento de intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para mediar o processo de aprendizagem e estabelecer a comunicação com o aluno, e a família mantinha uma postura contraditória em relação a esse tipo de comunicação. Uma experiência profissional desafiadora, reflexiva e significativa.

Quando considero desafiadora, retomo as inúmeras dificuldades que enfrentei como professora tendo que vivenciar uma prática, cujas bases de formação não forneciam subsídios teóricos e práticos para essas ações inclusivas. Quando percebo a experiência como uma ação reflexiva, estou me referindo aos inúmeros questionamentos que foram surgindo a partir dessa prática, as dúvidas quanto aos resultados dessa experiência para os alunos, o desejo de

conhecer e aperfeiçoar as práticas em sala de aula, a curiosidade de conhecer e entender o aluno e suas particularidades, perceber suas dificuldades, poder criar estratégias de aprendizagem, organizar momentos de interação com a turma, enfim, a nova situação estava me proporcionando uma reflexão constante. Ao considerar como significativa, parto do entendimento de que essa experiência embora tenha acontecido em meio às dificuldades, teve um grande significado para a prática docente, tendo em vista que remexeu algumas concepções de práticas pedagógicas e motivou estudos e pesquisas sobre esse tema.

Somada a essas experiências, a motivação maior para a pesquisa foi suscitada pelas experiências acadêmicas desenvolvidas durante o curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sobretudo nas disciplinas de Educação Especial e Psicologia, nas quais desenvolvemos uma pesquisa inicial sobre a deficiência visual, um estudo de caso intitulado *Um percurso muito especial: o trajeto de um jovem cego (2006)*. Um trabalho que teve o objetivo de analisar as barreiras que um jovem cego enfrenta em seu cotidiano. A realização desse trabalho permitiu a aproximação com a temática da educação das pessoas com deficiência e despertou o interesse por este campo de pesquisa.

Ainda no curso de Pedagogia, durante o componente curricular *Educação Especial*, tive contato com referencial teórico sobre a educação das pessoas com deficiências, os documentos oficiais que normatizam a educação especial e as especificidades das deficiências. Essa aproximação e interesse pela temática se concretizaram na realização do trabalho acadêmico orientado intitulado *A escola como espaço inclusivo: concepções dos professores do Ensino Fundamental (2009)*. Uma pesquisa que buscava compreender e analisar as concepções dos professores de uma escola pública sobre a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares.

Enfim, essas experiências vivenciadas, enquanto professora e pesquisadora, impulsionou o interesse pelo o objeto de estudo e direcionou a pesquisa na busca de informações, dados e elementos de interpretação sobre a política inclusiva, os discursos, a receptividade no espaço escolar e as concepções dos professores que estão participando desse processo educativo.

Para tanto, a opção teórico-metodológica da pesquisa é baseada na abordagem pós-estruturalista, desenvolvida a partir dos estudos culturais, cujas bases estão estreitamente ligadas às concepções de identidade e diferença. Encontramos no pós-estruturalismo e na chamada “filosofia das diferenças”, defendida por Stuart Hall, elementos que serviram de base teórico-metodológica para o tratamento do objeto de estudo e dos dados coletados em nossa pesquisa. A relação com essa abordagem justifica-se pelo fato desta perspectiva compreender a sociedade pós-moderna a partir das mudanças globais, ou seja, como sociedades em constante mudança, as quais produzem sujeitos com identidades múltiplas.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2008, p. 108).

Com este olhar, buscou-se problematizar a construção da identidade das pessoas com deficiência, bem como as representações sociais que cercam estes sujeitos. Pretendemos conhecer melhor a política de inclusão, assim como as concepções, sentimentos, significados e representações - que emergem no cotidiano escolar dos professores - e as práticas vivenciadas nas salas de aula regulares.

Na tentativa de problematizar a política de educação inclusiva, assim como analisar o contexto das escolas diante das práticas de inclusão, marcamos nosso percurso metodológico em uma pesquisa qualitativa. De acordo com Richardson (1985, p. 39):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Entretanto, não excluímos da pesquisa a possibilidade de quantificação de alguns dados, tanto na etapa exploratória de campo como no levantamento de números de turmas, escolas e alunos, enxergando os dados de maneira interpretativa e fazendo relação com a realidade e os fenômenos.

O campo de investigação é composto pelas escolas da rede municipal de Gurinhém, estado da Paraíba. O município aludido dispõe de 24 (vinte e quatro) instituições escolares municipais, distribuídas nas áreas rural e urbana, sobre as quais selecionamos uma amostra de duas escolas e sete professores para participarem da pesquisa.

Considerando que a pesquisa qualitativa tem estilos investigatórios bastante diversos, em função do problema a ser pesquisado, das variedades do contexto social, dos sujeitos da pesquisa, utilizamos alguns procedimentos de pesquisa, compatibilizando com o nosso objeto de estudo: (i) levantamento e revisão bibliográfica, (ii) pesquisa de campo. Em nossa pesquisa buscamos compreender como a política nacional de inclusão para pessoas com deficiência vem se constituindo nos espaços escolares, através dos depoimentos dos professores que atuam nas escolas públicas da rede municipal.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: (i) entrevista semi-estruturada, aplicada individualmente para uma amostra de sete professores do Ensino Fundamental e (ii) roteiro de levantamento de dados, utilizado na visita à Secretaria Municipal de Educação (SME). Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos e analisados a partir de categorias ou blocos temáticos, com base na análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2008), que considera o discurso não só do ponto de vista estrutural, mas também como um produto localizado e determinado por fatores históricos e sociais. A análise do discurso aqui utilizada teve como objetivo estudar a linguagem como prática social, evidenciando a importância dos sentidos que os atores sociais atribuem a um objeto.

O aporte teórico da nossa pesquisa está ancorado em alguns trabalhos e produções que versam sobre inclusão, identidade, diferença, currículo, políticas e práticas inclusivas na educação das pessoas com deficiência. Os estudos que se fundamentam no campo de estudos pós-estruturalistas, sob o enfoque da identidade e diferença, são apresentados aqui, a partir de Hall (2006, 2008, 2009), Silva (2008, 2009), Skliar (2003). As reflexões sobre o currículo na

perspectiva de uma educação inclusiva são produzidas a partir das contribuições de Costa (2002), Macêdo (2005), Corazza (2002), Pereira (2006, 2009), Moreira (2002), Veiga-Neto (2001), Dorziat (2006, 2009). E as concepções das políticas públicas relativas à inclusão são apresentadas a partir do diálogo com alguns autores que questionam as políticas de identidade fixa, as verdades absolutas e o discurso oficial da inclusão, como Laplane (2004), Silva (2001), Santos (2008), Garcia (2008), Ferreira e Ferreira (2004), Carvalho (2000, 2004), Dorziat (2006, 2008, 2009) e outros.

Além desses referenciais, é importante destacar que consideramos relevantes as contribuições das produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que trazem pesquisas sobre a inclusão e as práticas educacionais, envolvendo as pessoas com deficiência, as quais utilizamos como fonte de estudo em nossa pesquisa, a exemplo de Lima (2005), Branco (2007) e Carvalho (2007).

Com base nas argumentações até agora apresentadas, torna-se evidente a necessidade e importância de se estudar e discutir sobre a proposta política de educação inclusiva que vem sendo posta em nosso espaço educacional. Tendo em vista que a escola tem reproduzido historicamente um modelo excludente em suas práticas de ensino, bem como nas oportunidades de acesso e aprendizagem, percebemos que o processo de inclusão aparece nesse cenário como uma tentativa de quebrar com essas práticas excludentes, trazendo para seu interior todas as pessoas que estavam marginalizadas do processo escolar. No entanto, esta proposta de inclusão carece de um olhar mais apurado, um olhar investigador, que possa não somente descrever os princípios da política e a situação da instituição escolar, mas que problematize os discursos que acompanham a proposta política, que discuta sobre as reais condições para a implementação desta política e que percebam o contexto social, político e econômico que engessam a atual estrutura da política de inclusão.

Lançando um breve olhar sobre a trajetória de vida das pessoas com deficiência, logo vamos perceber que estas têm sido marcadas, ao longo dos anos, por diferentes processos, anunciados como marginalização, exclusão, integração e, ultimamente, inclusão. Historicamente, as pessoas com algum tipo de deficiência foram vítimas de preconceitos e barreiras, baseadas na idéia de que não podiam desenvolver habilidades, se profissionalizar, trabalhar, estudar em escolas regulares, enfim, impossibilitadas de assumir algumas atividades e seguir os padrões estabelecidos em nossa sociedade em função de suas supostas limitações. Este pensamento começa a ser questionado por volta do século XX e foi neste período que ocorreram algumas importantes transformações e movimentos de luta pelos direitos humanos e pela superação das ações de discriminação contra as pessoas que tinham alguma deficiência e dos grupos sociais que estavam à margem da sociedade por razões socioeconômicas, étnicas, de gênero, religiosas etc.

A ideia de construir uma escola para todos(as), garantir o acesso, a permanência e o sucesso das crianças, jovens e adultos na escola, vai se consolidando numa série de leis e políticas sociais. É neste momento que o direito à educação das pessoas com deficiência começa a configurar-se como parte integrante e essencial do desenvolvimento e manutenção do Estado Democrático de Direito. E essas idéias passam a constituir o discurso das atuais políticas educacionais de inclusão.

A perspectiva pela qual tem se firmado o discurso da inclusão parte da concepção de respeito, aceitação, compaixão e tolerância ao outro, ao diferente. Baseada no ideal de escola democrática, escola para todos(as), escola aberta, plural etc., a inclusão assume uma perspectiva de promover a igualdade de direitos à educação. Consideramos que ao tratar de uma análise de política educacional, precisamos aprofundar a discussão sobre os sentidos e significados que emergem dos discursos oficiais, entendendo que, para se implementar a

política de inclusão nas escolas, é necessário muito mais que vontade política e competências técnicas. É preciso conhecer os significados e as representações que se produzem nessa proposta política, para não cair em uma armadilha onde na medida em que o outro é incluído na escola regular, na sala de aula comum e relações cotidianas, ele passa a ser excluído dentro do próprio espaço de vivência (VEIGA-NETO, 2001).

É necessário, ainda, esclarecer que não é nossa intenção polarizar a discussão entre os defensores da inclusão e os grupos que resistem à ideia de inclusão em escolas regulares ou grupos que defendem a educação nas escolas especializadas. Nosso interesse é muito mais no sentido de conhecer e problematizar a política de inclusão, perceber quais os mecanismos e relações de poder que estão por trás desta proposta, verificar as práticas que estão sendo desenvolvidas nas escolas e nas salas ditas inclusivas e traçar algumas perspectivas voltadas à educação das pessoas com deficiência.

Entendemos que as pessoas com deficiência, assim como também negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pobres etc., precisam ser percebidos e contemplados nas propostas educativas, mas é preciso conceber que essa proposta não se constitui apenas nos documentos legais e na ampliação de acesso à escola. É fundamental que estas pessoas estejam participando ativamente das atividades inerentes ao processo de escolarização, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, afetivas e motoras, através de práticas que levem em conta as identidades e diferenças. Com esse olhar, tomaremos como referência os dados coletados no contexto de escolas públicas municipais e na fala dos professores, nas concepções e significados atribuídos à política de inclusão e o reflexo desta no cotidiano escolar.

Em face às questões aqui apresentadas, estruturamos a dissertação em quatro capítulos distintos. Um capítulo intitulado *Os caminhos trilhados na pesquisa*, onde descrevemos todo processo metodológico desenvolvido na pesquisa, bem como a opção metodológica e os procedimentos utilizados na recolha de dados. Apresentamos, ainda, breve caracterização do local da pesquisa, o número de escolas pertencentes à rede municipal e o perfil dos participantes envolvidos na pesquisa.

No capítulo seguinte, abordamos *Identidade, diferença, currículo e inclusão: bases conceituais*, no qual apresentamos, inicialmente, uma discussão sobre identidade, diferença e alteridade numa tentativa de situar o debate sobre a educação das pessoas com deficiência a partir das análises dos estudos sociais e culturais. O capítulo ainda aborda os efeitos da globalização na formação das identidades e apresenta uma discussão sobre currículo, com o propósito de discutir sobre a educação inclusiva, tendo como foco o currículo para as diferenças.

O capítulo subsequente direciona o olhar para a *Política Nacional de Educação Especial* na perspectiva da Educação Inclusiva, assumida no Brasil nos últimos anos. O texto esboça alguns aspectos históricos conceituais da inclusão, os documentos oficiais, as ações e programas do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP), e apresenta concepções de estudiosos que se alinham numa perspectiva crítica e problematizadora dos discursos e das práticas inclusivas.

Na sequência, apresentamos outro capítulo, titulado *Inclusão de alunos com deficiência em escola regular: apresentação e análise dos dados*, enfatizando e discutindo os dados coletados na pesquisa, organizados em categorias de análise. Organizamos o texto a partir dos depoimentos das professoras e conseqüentemente fazemos a análise das falas.

Por fim, apresentamos as *Considerações finais* levantadas ao longo das análises dos discursos das professoras e do aporte teórico da pesquisa. Desde já, esclarecemos que este trabalho não tem como característica generalizar dados, opiniões e concepções dos

professores no sentido de oferecer uma resposta final sobre a problemática tratada. As discussões estão muito longe de se esgotarem, de modo que qualquer tipo de reflexão sobre o tema é importante para o campo das pesquisas em educação, mas precisamente sobre Educação Especial.